

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES NO AMBITO EDUCACIONAL

Denise Cristina LEMES¹

Débora Cristina LEMES²

RESUMO: Buscou-se por meio deste trabalho uma discussão sobre a inclusão de deficientes no âmbito educacional, analisando todo o processo histórico a qual fez com que emergisse a necessidade de mudanças aos atendimentos de crianças com necessidades especiais, tratando com prioridade sua efetiva inclusão no meio social e educacional para um bom desenvolvimento, visto que são direitos fundamentais ter acesso com qualidade a rede de ensino. A fim de demonstrar a importância que a educação emerge na vida das crianças, efetivando seus direitos, e expondo sobretudo, seus desafios encontrados para que tal objetivo se concretize, e escarnecendo sobre a perversidade dos métodos de inclusão utilizados, até chegar à Lei de Diretrizes e Bases conformando seus direitos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Direitos. Lei de Diretrizes e Bases.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intuito apresentar toda trajetória do deficiente durante seu percurso histórico que possibilitou uma ampla análise dos preconceitos por eles vividos e a dificuldade em inseri-los na rede de educação, por estar presente em nossa cultura raízes preconceituosas da antiguidade, e por emergir a falta de um bom planejamento desde a infraestrutura, a profissionais capacitados para atender suas necessidades.

Mostrando, sobretudo, a importância que se fez discutir sobre as tentativas de inserção promulgadas durante todo o percurso histórico, mas que vieram a falhar, com a introdução na rede pública de ensino uma classe especial cuja função era atender aos deficientes, mas que continuavam segregando tais alunos dos demais, gerando portanto uma falsa inclusão, e uma desigualdade de interação que colabora para regressão por não ter contato com os demais.

Porém, não devemos nos esquecer que embora talvez esta não tenha sido uma boa tentativa de inclusão, devemos levar em conta que este foi um grande avanço, se considerarmos que há alguém que se preocupa com a questão.

Logo após irei falar sobre a política de educação como um meio de efetivação dos direitos, e de um olhar mais acolhedor aqueles que encontram-se excluídos pela sociedade, conformada também na Lei de Diretrizes e Bases que através da reestruturação de alguns pontos importantes, resguarda nosso efetivo acesso a direitos, e a luta por seus princípios e ideais a serem conquistados como a inclusão de deficiente na rede de ensino, de maneira completa que o permita maior contato, visto como um aspecto importante para seu desenvolvimento.

Ressaltando, a importância do assistente social no âmbito educacional, para que seja realizado um trabalho mais detalhado de cada família, suas fragilidades, dificuldades, medos, inseguranças, bem como a falta de devida assistência a seu problema, para que possa ser realizado um trabalho mais conciso que busque desvendar as particularidades e contribuir para sua formação e para uma educação com qualidade ao acesso, ensinando-lhes a aprender a lidar com as “diferenças”, a não apropriar-se de palavras preconceituosas.

E por fim, para realização deste artigo utilizei como metodologia pesquisas bibliográficas, eletrônica, cujo objetivo proposto pela pesquisa é mostrar todas as dificuldades encontradas ao longo do processo e que ainda há muito que ser feito, pois não basta incluir se não houver meios que os façam interagir com aqueles que estão a sua volta.

2 CONTEXTO SÓCIO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA DEFICIENTES

Falar sobre a educação na contemporaneidade é extremamente complicado visto que, este é um processo que oscila entre a socialização e civilização dos indivíduos, decorrente da história da sociedade, que emerge valores, crenças, e cultura de cada geração, tornando assim a questão da educação ampla e complexa a ser discutida, pois cada qual possui seu modo de educar.

E quando falamos da educação para deficientes torna-se mais complicado ainda, seja por falta de profissionais capacitados para lidar com a situação, ou pelo preconceito instituído no âmbito escolar, desde um olhar diferenciado a uma atitude preconceituosa, o que faz então com que seja cada vez mais difícil essa inserção dos mesmos, pois não basta apenas coloca-los numa rede de ensino sem devida atenção e assistência, contribuindo posteriormente para um a exclusão social disfarçada numa inclusão perversa.

Segundo Ligia Assumpção Amaral (1994, pg.14)

Assim como a loucura, a deficiência na antiguidade oscilou entre dois polos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou demônios; ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano. Do venerável saber do oraculo cego a animalidade da pessoa a ser extirpada do corpo sadio da humanidade. Assim foi por muito tempo, em varias civilizações (ancestrais da nossa)

Contudo, ao analisarmos toda trajetória histórica do deficiente na sociedade, podemos notar que este sempre foi visto como uma “aberração”, como um anormal, aquele cujo espirito estaria dominado por um Deus ou por um demônio, estando fora de si mesmos, tendo seu corpo sadio possuído por algo que foge dos olhos humanos, e que permeou gerações e gerações.

Até que fosse discutido o deficiente com um outro olhar, de modo critico e acolhedor a sua deficiência, sendo discutido não mais como um louco ou um possuído, mas um ser com problemas psíquicos com impossibilidades cognitivas, físicas, sensoriais e tantas outras que comprometem sua interação com o meio em que vive, necessitando de um olhar mais acolhedor e estratégico, mas que por outro lado são seres com capacidades de transformações que diríamos impossíveis para tais.

Falar sobre integração nos remete a um longo percurso ao qual sempre estará presente como ideia chave a cerca da questão da deficiência, tendo em vista que integrar significa acima de tudo ofertar oportunidades iguais, malgrado as diferenças, de ter acesso ao mundo que o rodeia, sendo ele físico, e das relações

sociais, mundo escolar, de trabalho, da cultura, do esporte e do lazer. (AMARAL, pg. 35, 1994).

Para tanto, não basta inseri-lo se não houver meios que o possibilite uma melhor interação com os demais, analisando sobretudo os pontos, garantindo assim o seu efetivo acesso aos direitos da pessoa humana com qualidade, para que o permita se desenvolver.

Embora saibamos que houveram grandes avanços na área da educação para deficientes, há muito o que se conquistar, através de um olhar crítico da realidade que nos cerca, ressaltando a falta de estrutura para bem atendê-los, buscando por maior investimento nas unidades escolares, contratação de professores capacitados, mas por outro lado, encontramos uma grande dificuldade que é o grande contingente de alunos numa sala de aula para um professor.

Mas, não cabe a nós culpabilizarmos os alunos pela falta de interesse, que por vezes vem acarretado de tantos outros problemas que não nos é desvelado em um primeiro contato, nem aos professores pela desmotivação ocasionada pela falta de interesse dos alunos, ou pela má remuneração entre outros problemas pois ambos são pertencentes a um sistema capitalista que se expressa pela questão social que se modifica a cada dia trazendo tantas outras demandas a serem solucionadas impedindo melhor eficácia em sua concretude e o melhor avanço da sociedade.

De acordo com Larissa Dahmer e Ney Luiz (2012, pg. 94):

Pensamos, assim, a educação em seu significado mais amplo envolvendo os processos sócio institucionais, as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social e constitutiva de novas formas de sociabilidade nas quais o acesso aos direitos sociais e o reconhecimento e efetivação dos direitos humanos são cruciais. Nesta perspectiva a educação não pode ser tomada apenas em seu sentido estrito, apenas como política pública, muito embora ela cumpra um papel de suma importância na trajetória das conquistas e mudanças sociais.

Contudo a educação não emerge sua importância simplesmente por ser uma política pública de direito de todos, mas, faz-se primordial contribuindo de modo significativo para sua formação enquanto cidadão, e conseqüentemente a

família num todo, e a sociedade, advindo de lutas constantes para que se garanta a efetivação desses direitos.

Todavia, cabe lembrar que são inúmeros os preconceitos vivenciados por aqueles que possuem deficiência, tanto no âmbito educacional, e na sociedade, e por vezes até mesmo no seio familiar onde há um sentimento de rejeição dos pais em aceitar os filhos, mas este é um processo lento a ser trabalhado com a família para que se entenda o quanto precisam delas.

3 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E O NOVO CONTEXTO

Analisando todo o processo de inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, demandatória de maior assistência, surge então a Política Nacional de Educação, que se volta para a inclusão e desenvolvimento social dos deficientes, buscando lhes resguardar o direito ao acesso pleno do ensino público brasileiro à educação básica com qualidade e apta a os receber.

Desmistificando a prévia idealização que se fazia dos que possuíam necessidades especiais taxados como “seres anormais”, firmando seu lugar na sociedade de modo igualitário.

De acordo com Ana Maria Isabel Lopes da Silva em um estudo realizado na Universidade de Londres, permitiu identificar três grandes prioridades no desenvolvimento de um política educativa:

1. A aplicação da escolaridade obrigatória a todas crianças
2. A integração nas escolas regulares de alunos com deficiência
3. O aperfeiçoamento da formação de professores como meio de concretizar as outras duas prioridades. (1998, pg. 18)

Portanto, a educação na vida da criança é extremamente importante para seu desenvolvimento, pois permite maior integração ao meio social com demais crianças, contribuindo assim para a não exclusão bem como ao desenvolvimento de potencialidades, ao desvelamento de problemas cognitivos, a superação de dificuldades, e, sobretudo, ao levante da autoestima.

Deste modo, a escolarização assume papéis ainda mais significativos que vão para além de meras estratégias de intervenção, mas para a apropriação de novas técnicas de trabalho, de ocupação e de lazer, trabalhando de modo intrínseco nas dificuldades vivenciadas pelos mesmos.

De acordo com Rossana Ramos:

O programa de educação inclusiva consiste em por em prática um novo conceito, que tem como base tornar a educação acessível a todas as pessoas e com isso atender às exigências de uma sociedade que vem combatendo preconceitos, discriminação, barreiras entre indivíduos, povos e culturas. A inclusão, em termos gerais constitui uma ação ampla que, sobretudo em países em que há diferenças sociais muito grandes, propõe uma educação com qualidade para todos. Na ideia de “todos” incluem também os portadores de necessidades especiais. (2006, p.5).

Contudo, este novo contexto ao qual estamos vivenciando faz então do espaço educacional uma estratégia de intervenção, e adaptação ao meio de acordo às necessidades advindas, instigando o interesse em aprender, buscando romper barreiras impostas a eles, e com o preconceito que tanto se predomina na sociedade em que vivemos através de uma educação qualitativa.

Art.205 da Constituição Federal estabelece a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para p trabalho. Sylvia helena terra (pg. 27, s/d).

Todo esse percurso histórico estabelecido, nos mostra o quanto houveram embates para que finalmente pudéssemos ter nossos direitos efetivados, e a Constituição Federal de 1998 foi um grande marco histórico que nos possibilitou sermos reconhecidos como cidadãos com direitos e deveres, e que cabe ao Estado nos propor por meio de politicas publicas com qualidade que venham a suprir nossas necessidades, e a importância que a família emerge para a inclusão escolar através do incentivo evitando assim a repetência.

4 INCLUSÃO ESCOLAR DE DEFICIENTES COMO DIREITO DE TODOS CONFORMADA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES

A inclusão no âmbito educacional é um direito de todos, e nos dias atuais é tida como um desafio a ser constantemente buscado por pessoas com necessidades especiais, e que requer para tanto um maior respaldo com vistas à sua inclusão, com uma ampla e contínua reestruturação na área da educação com bases curriculares que venham de acordo às especificidades de cada aluno.

Sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais Rossana Ramos salienta que:

Ao longo do tempo, apesar de algumas iniciativas, não houve grande evolução dos programas de educação para deficiente. Somente no início do século XX começaram a surgir escolas, contudo, segregavam os deficientes, pelo simples fato de serem exclusivos deles. Em muitos lugares do mundo, surgiram escolas para surdos, cegos e portadores de outras deficiências. (2006, pg. 6).

Contudo, não podemos desconsiderar que houveram tentativas para que a inclusão fosse efetivada, mas ambas tentativas falharam, pois, a criação de escolas especiais dentro das escolas regulares, continuavam a segregar deficientes do convívio em sociedade, vivendo desta forma com demais alunos com necessidades especiais como eles mesmo, não os permitindo conhecer o “diferente”, para que buscasse uma progressão, e isso impossibilitava sua interação com demais alunos da escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996:

Cabe a Instituição redefinir sua base de estrutura organizacional, acabando com burocracias que impeçam o acesso a escola, possibilitando a acessibilidade de locomoção na unidade escolar, respeitando a diversidade de forma humanística, e tendo como objetivo a permanência na escola e a promoção do aprendizado.

No entanto a rede de ensino deve dispor de condições para que se exerça o direito da pessoa com deficiência ao acesso à escola, e facilitando os meios para tal fim, visando um bom aprendizado, e a não evasão escolar.

E como pudemos ver, embora de modo forjado se instituísse uma escola de apoio ao portador de necessidades especiais, por outro lado o que predominava, era o preconceito dos pais dos demais alunos, por acreditarem que ter um aluno com deficiência considerado (anormal) na sala atrapalharia o bom desenvolvimento de seus filhos, excluindo-os cada vez mais, os deixando à margem da sociedade por um preconceito que está enraizado em nossa cultura, fazendo com que esse processo de inclusão que tanto lutamos fique cada dia mais distante de ser realizado.

O artigo 3º da LDB especifica os princípios nos quais a educação se orienta:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- Garantia de padrão de qualidade;
- X- Valorização da experiência extraescolar;
- XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Sendo assim, a educação deve ser entendida como um conjunto que envolve valores e direitos, tratando da igualdade como estratégia fundamental para a inclusão social, defendendo o direito de aprender, sobretudo, respeitando uns aos outros, e as diferenças culturais existentes, para que se viva uma vida com qualidade de acordo a sua especificidade.

5. A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO NA REDE DE EDUCAÇÃO PARA DEFICIENTES

A escola exerce grande importância na vida das crianças, e seu projeto pedagógico tem como função buscar novos sentidos e realidades, através de um maior comprometimento com o conhecimento pela troca de experiências, com o intuito de estar cada dia mais apto a solucionar quaisquer tipos de problemas que poderão surgir, promovendo a inclusão de modo igualitário e mais acolhedor, almejando um ensino com qualidade, utilizando para tanto, de recursos democraticamente imprescindíveis para que se estabeleça o bem estar dos cidadãos.

Segundo Ligia Assumpção Amaral

Ora bem, enquanto permitirmos a existência cristalizada do “macabro” conjunto formado por atitudes, preconceitos, estereótipos e estigma isso delineará, inexoravelmente, o lugar da pessoa portadora de deficiência em nossa sociedade: um lugar à margem, um lugar de cidadãos de segunda classe”(1994, pg. 18).

Vale ressaltar que são múltiplas as barreiras vivenciadas no dia a dia para a plena efetivação da garantia do direito à educação para deficientes, enfrentadas sob a ótica excludente que se encontra enraizadas também nas escolas, a qual devemos superá-las, e cujas dificuldades encontradas pelos professores também emergem a falta de efetividade das políticas públicas.

É necessário, portanto que os educadores promovam mudanças pautadas no conhecimento, por uma prática significativa que efetive o sinônimo de educar, para que as crianças possam aprender a respeitar as diferenças, promover uma relação de afeto entre ambas, preparando-as para o futuro, e para os riscos que encontramos no mundo a fora.

Todavia, embora saibamos o quanto as dificuldades tem complicado o bom desenvolvimento do ser social, se faz necessário reconhecer estes alunos como seres em desenvolvimento, e que precisam de um ensino com qualidade, não os excluindo do meio em que vivem, colocando-os numa sala onde exista somente pessoas com as mesmas necessidades deles, pois é preciso o assegurar seus direitos preconizados nas leis.

Rossana Ramos sobre passos para inclusão diz:

Conscientizar a comunidade- alunos e pais, sobretudo- sobre o fato de que o deficiente não vai atrapalhar a aprendizagem dos outros alunos, e sim ajuda-los a vivenciar uma nova experiência como ser humano solidário e respeitador das diferenças.(2006, pg. 13).

É extremamente importante discutir sobre o assunto, para que não venha a ocorrer preconceitos futuramente, seja na comunidade em que vive dos colegas de classe, e até mesmo dos pais, por acreditarem que a deficiência de seu filho vá interferir no processo de aprendizado dos demais, possibilitando um novo olhar sobre a questão, pautada por uma visão mais abrangente das necessidades do deficiente em se interagir com os colegas, aprendendo coisas novas com eles contribuindo para seu desenvolvimento.

6 O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

O papel do Serviço Social no âmbito educacional surge não como um caso isolado, mas, como uma profissão interventiva, cujo objetivo consiste na luta e defesa pela igualdade social, em que apoia e promove a garantia do direito à educação.

Atualmente, é visível perceber as vulnerabilidades sociais de famílias que são precarizadas por diversas situações como: desemprego, trabalho infantil, fome, violência, drogas, dentre outros, e que acabam fazendo parte do cotidiano escolar da criança, cooperando para a evasão escolar, repetência, atraso escolar, gerando portanto uma exclusão.

Sendo assim, é responsabilidade e dever do Estado promover e assegurar o acesso com qualidade à educação, por meio da educação pública, possibilitando um ingresso escolar que o faça também permanecer, através de uma maior estrutura e condições para se trabalhar em sala de aula.

Segundo Larissa Dahmer e Ney Luis: (2012, pg.100):

Destacamos, assim, mas uma vez a necessidade de compreensão da educação em suas interfaces com outras dimensões da vida social e das políticas sociais como uma exigência do processo de formação profissional dos assistentes sociais. Além da necessidade de reconhecimento e acompanhamento de processos instituintes no campo da educação, produzidos tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto no das experiências governamentais, problematizando e atentando para as contradições decorrentes dos discursos forjados com forte ênfase nas ideias de “inclusão” e do “potencial transformador da educação” sem se levar em conta a realidade social, ou seja, o fato de que vivemos em uma sociedade que produz e reproduz, de forma ampliada, as desigualdades sociais.

O serviço Social na unidade escolar realiza seu trabalho por meio de um olhar mais aprofundado de toda situação advinda de um imediatismo, por seu aporte teórico metodológico, e seus instrumentais, contribuindo qualitativamente para sua capacidade de elaboração de diagnósticos sociais, indicando soluções às problemáticas sociais vivenciadas por crianças e adolescentes e suas famílias, e dentro do âmbito educacional para crianças com algum tipo de deficiência permite ao profissional discutir meios que os inclua de acordo a suas especificidades, atendendo a todos sem nenhuma distinção.

De acordo com Windyz Ferreira a educação inclusiva consiste em:

A educação inclusiva, portanto, não diz respeito somente as crianças com deficiência, cuja grande maioria no Brasil ainda permanece fora das escolas, porque nós nem tentamos aceita-las, mas diz respeito a todas crianças que enfrentam barreiras: barreiras de acesso a escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e a exclusão social. (2005, pg. 42).

Ou seja, a educação inclusiva é um direito de todos, não cabendo somente a pessoa com deficiência, mas a todos aqueles que encontram-se excluídos de alguma forma do meio escolar, cuja função da educação inclusiva consiste em aceita-los sem nenhuma distinção, pois este deve ser um espaço de trocas de experiências, da criação de novos aprendizados, evitando assim a evasão escolar ou a exclusão dos mesmos, tendo em vista que é extremamente importante para criança com algum tipo de deficiência manter contato com as demais para assim aprender a se socializar, possibilitando um melhor desenvolvimento cognitivo através da interação com os demais.

Desta forma é de grande relevância a contribuição do serviço social, pois permite uma ampla visão dos fatores sociais e econômicos da família, e os problemas por eles vivenciados, que acabam por adoecer nosso sistema educacional, sendo debilitado pelo baixo rendimento decorrente de uma evasão escolar, dentre outros, bem como a importância de demais profissionais como professores, educadores, e psicólogos, promovendo o acesso amplo de seus direitos.

O Assistente Social age de modo interventivo, seja por um encaminhamento às redes assistenciais, ou a demais redes, com intuito de efetivar o acesso os direitos como à educação, a saúde, ao esporte, lazer, e tantos outros que interferem na vida pessoal e escolar dos alunos, decorrentes das dificuldades presenciadas pelos alunos da rede pública, pela perspectiva de promover melhorias no direito à educação pública, trazendo a tona questões a respeito da inclusão social, lutando para sua efetiva concretude.

Segundo Larissa Dahmer e Ney Luis:

Nesse sentido, reforçar o campo da educação na formação profissional do assistente social demanda, num sentido mais amplo, recuperar o debate acerca da dimensão pedagógica da prática profissional, enfatizando seu caráter emancipatório, além de se aproximar, no campo teórico prático, das forças organizadas dos movimentos sociais comprometidos com a construção de um projeto societário contra hegemônico.(2012, pg.106).

O profissional em Serviço Social deve, portanto, se atualizar sempre, tendo a plena consciência de que é necessário para que busque meios de romper com as desigualdades, e lutar a favor de um projeto societário que tenha como princípio fundamental o embate intransigente em defesa dos direitos, seja por meio de movimentos sociais, em prol de melhores condições de vida e igualdade para todos sem distinção alguma.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, faz-se necessário um resgate histórico ao passado, tornando explícito as dificuldades sofridas por aqueles que possuem necessidades especiais,

tendo em vista que eram notados como anormais, comparando-os com loucos, vemos então o quanto este passado nos trás grandes preconceitos vivenciados, e que se encontram enraizados em nossa sociedade, bem como a exclusão que se instituía tanto no âmbito familiar e social, e nas escolas os segregando do convívio com os demais alunos.

Mostrando, sobretudo, a importância que a política nacional de educação emerge para que seus direitos fossem efetivados, com maior respaldo obtido através de um olhar mais amplo sob as necessidades de cada um, desenvolvendo então meios que os pudessem incluir na rede de educação regular, mas como vimos falhou, pois se instituía classes especiais dentro das escolas regulares, o que continuava por excluí-los, mas comparado a toda trajetória histórica percorrida este foi um dos grandes avanços conquistados, ao qual não devemos nos esquecer.

Vale ressaltar, que o processo de inclusão dessas crianças no âmbito educacional é altamente complexo decorrente de todo preconceito enraizado na sociedade, e a Lei de Diretrizes e Bases fomenta a necessidade de inclusão dos mesmos, e da reestruturação do ambiente escolar para promover a acessibilidade e bem atende-los, a qualificação de professores para suprir as dificuldades trazidas pelos alunos, trabalhando em sala de aula a importância de se discutir as diferenças, e o respeito mutuo uns com os outros.

Contudo podemos concluir que é fundamental discutir a inserção de crianças com necessidades especiais na rede de educação, tendo em vista que, é crucial para seu bom desenvolvimento a troca de experiências, o contato com demais alunos, possibilitando o desenvolvimento de potencialidades, mas para isso é imprescindível que se promovam mudanças pautadas no conhecimento, por meio de uma educação com qualidade que enxergue a todos de modo igualitário sem nenhuma distinção.

E o Serviço Social vem então para fazer com que o direito de acesso a educação seja efetivo, rompendo com as barreiras que lhes é imposta por meio de seu aparato teórico e metodológico, desenvolvendo meios de cessar esta exclusão e romper, sobretudo com esta visão errônea de que o deficiente vai atrapalhar o desenvolvimento dos demais, resguardando o direito de seus usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ligia Assumpção. **Pensar a diferença: deficiência.** – Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ed. Corde, 1994.

CAPILÉ, Liliane. AUGUSTA, Maria. MESQUITA, Marylucia. PEREIRA, Verônica. ALVEZ, Zita. ROSANE, Carla. **Serviço social na educação.**
Disponível em :< [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educação\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educação(2001).pdf)>
Acesso em 03/11/2015 às 23:35.

FERREIRA, Windyz B. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial - Out/2005. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos???** Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso em:
13/08/2016 às: 14:04.

PEREIRA, Larissa Dahmer, ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Organizadores; coordenadoras da série Valéria Forte, Yolanda Guerra. **Serviço social e educação.** Rio de Janeiro: ED. Lumen Juris, 2012.

RAMOS, Rossana. **Passos para a inclusão: algumas orientações para o trabalho em classes regulares com crianças com necessidades especiais.** 2 ed. –São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

RIBEIRO, Alessandra. ELISA, Maria. MESQUITA, Marylucia. FELIPE, Carlos...
Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 08/11/2015 às 01:51.

SILVA, Ana Maria Isabel Lopes da. **Conjunto de materiais para a capacitação de professores: Necessidades especiais em sala de aula/ Secretaria de Educação Especial.** Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

